

“SERES DE LINGUAGEM”, “HERÓIS MUDOS”: UMA GENEALOGIA ERRÁTICA PARA A LINGUAGEM EM Ó, DE NUNO RAMOS

Ilmara Valois Bacelar Figueiredo Coutinho¹

Resumo: O texto discute, a partir da obra literária Ó, de Nuno Ramos, pontos dissonantes na fabulação de uma origem para a linguagem, tendo como protagonistas os ‘seres de linguagem’, cuja existência passou a ser guiada por códigos gregários linguísticos, e os ‘heróis mudos’, que se recusaram a usar tal ferramenta, visando problematizar limiares necessários à uma política da linguagem voltada à diferença.

O texto discute, a partir da obra literária Ó, de Nuno Ramos, pontos dissonantes presentes na fabulação de uma origem para a linguagem, tendo como protagonistas os ‘seres de linguagem’, seres cuja existência passou a ser guiada por códigos gregários linguísticos, e os ‘heróis mudos’, aqueles que se recusaram a usar tal ferramenta, visando problematizar limiares sinestésicos necessários à uma política da linguagem voltada para a diferença. Faz-se necessário considerar que a mudez característica dos ‘heróis mudos’, longe de significar ausência de linguagem, marca uma relação radicalmente linguística com os seres-mundos, uma linguagem dissonante em que som, forma, cheiro, tato não estavam dissociados, podendo unir, como pode ser lido na proposta do 21 Cole, ‘as línguas dos pássaros, das pedras, dos rios’, fissuras destacadas por sua capacidade de empreender rasuras numa postura racionalista exacerbada.

Ao fabular uma origem para a linguagem, Ó, premiado livro de Nuno Ramos, apresenta uma genealogia crítica em relação ao que aprendemos a aceitar como origem dos códigos linguísticos que utilizamos em nossas interações. A genealogia ficcionada, então, volta a tomar a linguagem como *locus* de verdades erigidas por um momento de doença da humanidade, em que, reunidos em busca de consolo e proteção, doentes ou feridos, os seres humanos teriam verbalizado a vida e as relações intersubjetivas, inventando um sistema de códigos que os poupasse da doença, da dor e da morte, tornando-se “seres de linguagem”. Essa condição, erigida comunitariamente em prol do bem da maioria, cumpriu o intento de duplicar a própria existência, ficcionalizando um abrigo descomunal de contato mediado com o mundo, o que acabou por se efetivar como fonte de poder, domínio, violência e exclusão, redundando em designação uniformemente válida e obrigatória das coisas, de onde advêm “as primeiras leis da verdade, pois surge aqui pela primeira vez o contraste entre verdade e mentira”, pode-se asseverar considerando os estudos de Nietzsche (1999, p. 54).

Nesse sentido, o capítulo “1. Manchas na pele, linguagem” torna-se absolutamente pertinente para se pensar a ação racionalista moderna e sua vocação por atribuir à linguagem (falada e escrita) característica veicular de precisão, objetividade e verdade, pela criação de um território ideal, capaz de extirpar toda sensibilidade primitiva de seus limites simbólicos. Colocando-se acima e a largo de todo saber enraizado na existência comum (MAFESOLI, 2007), a gramática elaborada e usada para tais intentos é uma profusão de palavras voltadas a traduzir, por meio de falhas e apagamentos, os apelos sinestésicos do corpo, das cores, dos sabores, do indócil burburinho inaudível das coisas mesmas, num processo de nomeação cujo objetivo é “[...] impor identidade ao múltiplo, ao móvel, é forjar uma unidade que a pluralidade das coisas não apresenta” (MOSÉ, 2005, p. 72).

Trata-se de uma genealogia destinada a questionar o pensamento conceitual e as categorias lógico-gramaticais, por estarem calcado(a)s na ideia de identidade, não contradição

¹ UNEB. E-mail: ilmaravalois@hotmail.com.

e causalidade, integrantes basilares da história do conhecimento humano. Ao traçar essa espécie de mito fundacional, o narrador de *Ó* ressalta que, a despeito de gerar proteção, paz e humanidade, o processo de criação e desenvolvimento da linguagem foi hábil em gerar violências e silenciamentos, firmando uma espécie de pacto original linguístico-societal voltado a eliminar qualquer voz destoante.

[...] a linguagem só poderia nascer e adquirir eficácia numa situação em que todos, ou uma grande maioria, estivessem doentes ou muito enfraquecidos, tornando-se então uma moeda de troca, uma comunhão na doença, e aí sim, se entre eles houvesse alguém sadio que fizesse ouvidos moucos àqueles gritos, alguém desatento à estranha ladainha, então os doentes, em grande maioria, teriam reunido forças para matá-lo ou expulsá-lo. E uma vez curados já não saberiam competir sem este estranho mecanismo, que foram aperfeiçoando cada vez mais (RAMOS, 2008, p. 22).

Estando ligadas ao vício de origem, qual seja, comunicar, as palavras estiveram destinadas a patrocinar o extermínio dos “heróis mudos”, seres não acometidos da “doença” e que precisaram ser silenciados em prol de uma comunidade imaginária violenta, cruel e totalmente hostil em relação a qualquer ação contrária às suas bases. A linguagem, que deveria ser possibilidade de abrigo contra as mazelas do mundo, agregando o grupo em prol de uma cura que lhe permitisse enfrentar as dores, as doenças, a morte, tornou-se duplicação idealizada incapaz de oferecer o abrigo pretendido. Isso porque, perturbando limites e lugares instituídos por qualquer tradição metafísica, a linguagem é aquilo que nos trai e acaba por nos devorar ou abandonar, como ressalta o narrador (RAMOS, 2008, p. 27), “justamente quando mais precisamos dela”, ela nos deixa órfãos, despidos e, outra vez, mudos. Nesses momentos extremos, “nosso corpo é quem de algum modo fala, pelas mãos crispadas ou pela boca contorcida, mas não a nossa língua, que regride e geme e grunhe ou, no máximo, grita” (RAMOS, 2008, p. 26); “morremos quietos ou aos berros desarticulados, mas vivemos o esplendor da saúde de nosso corpo cercados por vocábulos que, à primeira chance, saltam à frente e roubam minuciosamente nosso dia” (RAMOS, 2008, p 27-28).

Conforme Blanchot (2010, p. 74), a divinização da linguagem nos levou a perder a morte, porque a agenciamos (a linguagem), “para revelar no que é, não o que desaparece, mas o que sempre subsiste e que nessa desapareição se formam o sentido, a ideia, o universal”. Coadunando com Blanchot (2010), podemos considerar que Ramos (2008) sugere a projeção de uma linguagem que foi tomada como sentido, estando destinada a firmar o universal e a atentar contra o esquecimento, contra muitas formas de percepção das realidades e contra a morte. Optando por dedicar a força das palavras ao que é estável e subsiste à fúria do tempo, idealizamos conjuntamente o signo, a palavra, o nome, em suas forças estabilizadoras, e a morte, como passagem para outra vida, uma vida em espírito, o que lhe outorga um poder dificilmente questionável. Pode-se considerar, pela leitura de ambos os textos, que a proteção que a linguagem pode ofertar é efêmera e enganosa, posto somente sermos seres de linguagem, sendo devir, tempo; um tempo que se alimenta das próprias entranhas e que, longe de compactuar com a pretensa superioridade do pensamento, a tudo devora, tudo reinventa, de tudo faz metamorfose.

No bojo de tal problemática, os “heróis mudos”, aqueles que hipoteticamente entendiam a vida como fluxo contínuo determinado pela força do devir e que aceitavam a tensão da existência, com base em dores e prazeres vivenciados sem duplicação mediada, provavelmente, dispunham de uma gramática diferenciada para interagir com seus pares e com as coisas do mundo. Essa gramática, sendo guiada por padrões inaceitáveis ao pensamento linguístico-

racional, precisou ser desacreditada, porquanto patrocinava uma relação sinestésica, com o mundo e com o outro, que passou a ser temida:

Cada árvore seria assim o logaritmo de sua posição na floresta, cada pedregulho, parte do anagrama espalhado em tudo e por tudo. Mover-se-iam entre alfabetos físicos perceptíveis aos seus cinco sentidos (e ler talvez constituísse um sexto que reunisse e desse significado aos demais), e cada coisa seria música e cada música seria mímica e cada gesto seria um texto. [...] Tudo parecia escrito para eles e bastava que tocassem um corpo de pedra ou de carne para que o enorme livro se abrisse e mais uma linha fosse escrita (RAMOS, 2008, p. 29).

Tal relação entre os seres e as coisas prescindia de intermediários simbólicos que lhes fossem externos, mas guardava uma carência, um ponto nodal de fragilidade, a efemeridade, o que talvez tenha exigido a precaução de se abdicar da matéria física, mutável e perecível, para criar signos que superassem a destruição. Nesse ponto de reflexão, encontra-se, em *Ó*, uma outra possibilidade de origem para a linguagem, como nos diz o narrador: “Talvez um grande cataclismo - um terremoto, um meteoro ou um incêndio - tenha transformado a tal ponto a matéria que os cercava que acabou por emudecer para sempre este texto, obrigando à sua substituição” (RAMOS, 2008, p. 30).

Vinda assim da necessidade de superação da fugacidade da matéria física, bem como da imprevisibilidade da duração dessa mesma matéria, a linguagem buscou fazer, com base em um elemento “mais leve e de fácil manuseio”, a voz, de forma que a duplicação cumpriria a tarefa de dar continuidade a cada coisa perecível, por meio de um som que a materializasse simbolicamente: “E nunca mais atribuíram matéria à linguagem, mas apenas vento e sinos sem matéria. Com isto, não corriam mais perigo. Traziam em seu próprio pulmão e memória toda a riqueza e diversidade de que antes faziam parte” (RAMOS, 2008, p. 30).

Entretanto, esse som, como também caracterizou Nietzsche (1999), aspecto dionisíaco do símbolo que poderia se concretizar como música primordial, também é cooptado por determinantes racionais extremos, quando o aspecto vocal é transformado em conceito. Para além de comunicar, agregar, proteger, a linguagem, proveniente desses momentos de doença e destruição, nasce e permanece fincada, paradoxalmente, no medo da força incontrolável da morte, mas também no medo da força incompreensível da vida, ambas racionalmente insuportáveis sem a mediação simbólica da palavra.

Inventadas, tendo por base essa fragilidade amedrontada, as comunidades linguísticas seguiram temendo os “heróis mudos”, assegurando-se de que o retorno, digamos, de uma condição considerada nômade, tribal, selvagem e propiciadora de um diálogo sinestésico com o mundo, fosse evitada a qualquer custo, mesmo depois da pretensa “cura”. A exemplo do que afirma Mosé (2005, p. 84), ao ler Nietzsche, pode-se considerar, na genealogia *Ó*, a afirmação de que a busca por ser rebanho, comum, normal acabou fazendo com que a singularidade do ser-mundo fosse tomada como um desvio, uma doença, até a atividade “estética”, negando a positividade da linguagem, foi colocada em escanteio pela cultura.

Atravessada por essa fissura original que a fez saber-poder gregário e desviando-se do que poderia ser sua função metafórica voltada a fortalecer os seres humanos frente às metamorfoses da vida, a linguagem é duplicação colocada contra e a favor do que seria seu objetivo primordial: curar a existência da dor, da contradição, da doença, da morte e/ou construir um mundo onde houvesse alguma permanência, para que os seres e as coisas ganhassem identidade, constância, não mutabilidade, tendo-se em vista ordenar e controlar a desenfreada atividade de mudança patente à vida. Ainda aqui, a obra de Ramos (2008) dialoga com Nietzsche (1999), teatralizando o que Mosé

(2005, p. 184) caracteriza como dois grandes polos da história do conhecimento humano feitos pela linguagem: “em uma extremidade a ideia de ser, como duração e verdade, e em outra a ideia de sujeito, como representação da autonomia da razão”.

Em ambos os casos, podemos considerar que “a vontade de verdade” foi determinante para as contradições edificadas no bojo dos conhecimentos clássicos filiados aos determinantes socrático-platônicos e ao cristianismo, bem como aos referenciais epistemológicos da modernidade e seus lugares idealizados como ilusões, muitas vezes, geradoras de consequências catastróficas para a materialidade da vida. O ser humano, ao assumir o papel de protagonista no intrincado jogo de forças que faz a linguagem e suas funcionalidades, desde a origem, escolheu tomar o signo como verdade (comunicação, indigência, precariedade, necessidade), subjugando-o na condição de potência afirmativa (força estética, instintiva, metafórica), o que precisa ser problematizado se quisermos aceitar uma “vontade de potência” que funcione em prol da grandiosidade caótica da vida (NIETZSCHE, 1999). Como lembra Mosé (2005, p. 131): “Se a linguagem nasceu e se constituiu como um signo do rebanho, por ter se fundado na rede de comunicação da consciência do sujeito, Nietzsche considera a possibilidade de uma linguagem fundada na singularidade, na solidão”. Notadamente, tal perspectiva que traz à baila todo o potencial abjeto da linguagem, solicitando excessos, sobras, odores fétidos, bem como a assunção dos vazios impossíveis de serem preenchidos coerentemente, como desejou a gramática da norma.

Nesse sentido, encontra-se a terceira possibilidade genealógica para a linguagem, aquela sugerida por “pedaços e destroços” e significada na epígrafe que abre o presente texto, como materialização de um terceiro excluído possível à arte, à literatura e que, metonimicamente, concretiza-se pelos fragmentos colocados a significar no antilivro *Ó*. Essa imprecisão genealógica, mais voltada a erigir hipóteses que afirmações conclusivas, coaduna com o caráter errático das interpretações e das linguagens, e com a postura crítica de um narrador que destaca não ser tão importante “fabular sobre a origem da linguagem como compreender a enorme cisão que ela causou” (RAMOS, 2008, p. 22).

A questão patente aos “heróis mudos” e aos “seres de linguagem” não é ressaltar uma condição primeva saudosista da linguagem essencial, como se isso fosse possível, mas reconhecer, na cisão operada, um esgotamento de possibilidades para a construção do conhecimento no correr dos tempos. Não é a existência de diferentes linguagens que gera a oposição; é o estabelecimento da medida que elege a saúde ou a doença, o veneno ou o remédio (DERRIDA, 2005). O que resta? Esgarçar as tapeçarias basilares que fazem as identidades profundas, sem desprezar as tradições, mas fazendo o entrelaçar de outros fios, pontos, nós, alinhavos, arremates, rasgos, com todas as (im)possibilidades de (re)invenção. É preciso reconhecer que a linguagem, veneno ou remédio, precisa testar seus limites, precisa se autodestruir e, alimentando-se das próprias cinzas, reinventar-se.

Referências

BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita - I: a palavra plural*. São Paulo: Escuta, 2010a.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério Costa. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

MAFFESOLI, Michel. *O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MAFFESOLI, Michel. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. In: SILVA, Juremir Machado; MENEZES MARTINS, Francisco (Org.). *Para navegar no século XXI*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOSÉ, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NIETZSCHE, Friederich. *Obras incompletas*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

RAMOS, NUNO. *Ó*. São Paulo: Iluminuras, 2008.